

O trabalho das domésticas informais do Município de Porto Nacional em Palmas-TO

The work of informal households in the Municipality of Porto Nacional in Palmas-TO

DOI:10.34117/bjdv7n8-479

Recebimento dos originais: 19/07/2021

Aceitação para publicação: 19/08/2021

Mariane Freiesleben

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO – Campus Paraíso do Tocantins - Brasil
E-mail: mariane@ifto.edu.br

Alex Pizzio

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio do Sinos – Unisinos. Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Palmas – Brasil
E-mail: alexpizzio@gmail.com

Temis Gomes Parente

Pós-Doutora pelo CEDEPLAR/UFMG (2010); Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001); Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1996) e graduação em História pela Universidade Federal do Piauí (1986). Atualmente é Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Tocantins. Professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da mesma Universidade.

RESUMO

O artigo insere-se no rol de trabalhos que visam discutir a informalidade no cotidiano laboral de diaristas. Para tanto se apoia em dados obtidos por meio do uso da técnica da história oral analisando a percepção das diaristas acerca do seu trabalho, que não possui respaldo legal na Lei 5.859. As trabalhadoras aqui analisadas realizam um movimento pendular entre Luzimangues, bairro do município de Porto Nacional-TO para realizar atividades domésticas pagas em forma de diária em residências de famílias no município de Palmas, ambos no Estado do Tocantins. O objetivo é contribuir para a discussão teórica sobre as relações existentes entre o trabalho informal, o reconhecimento do ser social e a perspectiva dessas trabalhadoras para a velhice, bem como analisar dois aspectos relacionados ao desenvolvimento da informalidade em contextos distintos: a liberdade de trabalho informal e as expectativas dessas trabalhadoras de Palmas em relação a sua aposentadoria.

Palavras-Chave: Aposentadoria, Diarista, Informalidade.

ABSTRACT

The article is part of the list of works that aim to discuss informality in the daily work of day laborers. For this, it relies on data obtained through the use of the oral history technique, analyzing the perception of daily workers about their work, which does not have legal support in Law 5.859. The workers analyzed here carry out a commuting movement between Luzimangues, a neighborhood in the municipality of Porto Nacional-TO, to carry out domestic activities paid in the form of a daily rate in family homes in the municipality of Palmas, both in the State of Tocantins. The objective is to contribute to the theoretical discussion about the existing relationships between informal work, the recognition of the social being and the perspective of these workers towards old age, as well as to analyze two aspects related to the development of informality in different contexts: the freedom of informal work and the expectations of these workers in Palmas regarding their retirement.

Keywords: Retirement, Diarist, Informality.

1 INTRODUÇÃO

O artigo insere-se no rol de trabalhos que visam discutir a informalidade no cotidiano laboral de diaristas. Para tanto se apoia em dados obtidos por meio da técnica da história oral analisando a percepção das diaristas acerca do seu trabalho, que não possui respaldo legal na Lei 5.859¹, que ampara somente aquele que “presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas” (BRASIL, 1972). Os objetivos do estudo são: contribuir para a discussão teórica sobre as relações existentes entre o trabalho informal e a perspectiva dessas trabalhadoras para a idade longa, bem como analisar dois aspectos relacionados ao reconhecimento do ser social e ao desenvolvimento da informalidade em contextos distintos: a liberdade do trabalho informal e as expectativas dessas trabalhadoras de Palmas em relação a sua aposentadoria.

A relevância do estudo encontra-se na necessidade de conhecermos mais o fenômeno “economia dos bicos”, que de acordo com Slee (2017) trata-se de mais uma das formas de precarização dos contratos de trabalho. Com reflexos nítidos sobre a questão social alterando a vida de diversos profissionais, entre atividades formais e informais, criando uma zona mista de trabalho no cotidiano da maioria das cidades. Embora o serviço das diaristas não esteja regulamentado com direitos trabalhistas na Lei

¹ A Lei 5.859/1972 conceituava todas as empregadas domésticas como trabalhadoras que prestam serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas (art. 1º). Essa norma legal, entretanto, não indicava a quantidade de dias de trabalho durante a semana para a configuração do vínculo de emprego doméstico. Desta forma não abrangia os serviços domésticos que são prestados em forma de diárias.

5.859/1972², faz-se necessário saber como elas estão vendo a Lei Complementar 150/2015, se ocorreu mudanças e quais as expectativas? Assim sendo, a importância da pesquisa está na atualidade da temática, nos dados obtidos por meio dela, e no que a mesma oferece de novo nesse campo.

Os dados analisados neste artigo foram obtidos por meio da técnica da história oral³, onde foram entrevistadas seis mulheres que trabalham como diaristas na cidade de Palmas-TO. A escolha das entrevistadas deu-se de forma aleatória, colocando como pré-requisito morar em Luzimangues, distrito da cidade vizinha de Porto Nacional e separado da capital tocantinense pelo rio Tocantins⁴ e integrado pela ponte Fernando Henrique Cardoso, também conhecida como ponte da Amizade. Nessa perspectiva, buscou-se compreender as percepções que essas mulheres possuem acerca de sua atividade laboral e suas expectativas para a idade propecta.

No Estado do Tocantins duas cidades realizam uma troca curiosamente peculiar, por meio de uma ponte que as separa, mas também as conurba⁵, trabalhadoras diaristas realizam um movimento nomeado de migração pendular⁶, entre Luzimangues e Palmas. Nosso campo de abordagem e seleção de entrevistados foi o terminal de ônibus de Luzimangues para Palmas e os terminais de saída de Palmas para Luzimangues. Essa estratégia nos permitiu obter uma amostra aleatória dos sujeitos da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos respondentes, sempre em dias e horários determinados pelas trabalhadoras. Todas as participantes foram informadas de que os dados coletados seriam utilizados para fins acadêmicos científicos, inclusive com a publicação na qual seria preservado o anonimato de cada participante.

² A Lei 5.859/1972 foi revogada pela Lei complementar nº 150/2015, e agora sim descrevendo e incluído as trabalhadoras domesticas na forma de diaristas.

³ Método de investigação científica, que possui técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados, dando voz a personagens sociais que na construção da memória coletiva possuem baixo índice de participação (ALBERTI, 2005).

⁴ Hoje o Rio Tocantins é o formador do lago da UHE de Lajeado que banha os municípios de Palmas, Porto Nacional, Ipueras, Brejinho de Nazaré e Lajeado.

⁵ No texto utilizamos o termo conurbação de acordo com a visão de Villaça (2001), que entende de maneira genérica a conurbação, como a fusão de áreas urbanas de diferentes municípios, onde uma cidade em crescimento absorve ou gera núcleos urbanos a sua volta, algumas vezes pertencentes a outras unidades político-administrativas, formando um tipo particular de cidade, embora não seja o caso de toda Porto Nacional, somente do Distrito de Luzimangues.

⁶ A migração pendular, também conhecida como movimento de deslocamento cotidiano realizado do local de residência para o local de trabalho no contexto intra-regional (AXISA; SCOTT; NEWBOLD, 2012), quando realizada dentro de um mesmo Estado.

Figura 1 – Caminho percorrido pelas diaristas de Luzimangues para trabalhar.



1. Porto Nacional – Luzimangues, 2. Ponte Fernando Henrique Cardoso da amizade e da integração Nacional. 3. Palmas. Fonte: Google maps (adaptado pelos autores), 2019.

A conurbação entre Porto Nacional e Palmas fisicamente não ocorre, pois, as duas cidades são separadas pelo rio Tocantins, e ligadas pela ponte, porém a malha urbana das duas cidades se funde no tocante a troca de serviços, comércio, entre outros. O fato é que trabalhadoras utilizam esse caminho diariamente para trocar, trabalho em residências de famílias por dinheiro, retornando aos seus lares, Luzimangues a noite, ou quando terminam a diária. Nas últimas décadas, é visível a circulação de trabalhadores entre as cidades dormitórios para centros maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho (RAMALHO; BRITO, 2016). Esses movimentos produzem uma série de contratempos, seja pela distância percorrida, pelo tempo gasto ou o valor empenhado na viagem, acarretando a formação de um cotidiano, de redes, de alianças entre atores reorganizando as atividades e as ações dos envolvidos.

No contexto do trabalho das diaristas, subentende-se a garantia de certas liberdades que a atividade propicia. Mas a liberdade para ser eficaz, depende de diferentes tipos de liberdade, e da inter-relação entre si que serão desenvolvidas, promovendo assim outros tipos de liberdade (SEN, 2000). De acordo com Amartya Sen (2000) existem cinco tipos de liberdade: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências, e segurança protetora, e para o autor essas liberdades instrumentais potencializam diretamente as capacidades das pessoas, levando-as a ajudarem-se. E como integralizam o próprio modo de ser da sociedade onde ocorrem, são partes de uma democracia, sistema sócio-político que vivemos no Brasil.

Todavia, no âmbito da economia formal e informal, ser empregada ou diarista são tipos de trabalhos que se entrelaçam na cadeia econômica e trabalhista, causando efeitos diferenciados e formas de superação e arranjos específicos das pessoas envolvidas, nos meandros dessas atividades. Muitas vezes os efeitos são sentidos somente ao chegar nas idades mais avançadas. É na velhice que seus efeitos se mostram mais presentes. Contudo, essa inserção ainda permanece dissociada de papéis de maior significado na articulação da idade senil (MOUNTIAN; DIAS, 2018). Prisco; Carvalho e Gomes (2013) alertam para a vulnerabilidade deste grupo informal, que não possui cobertura da previdência social, e que sem recursos próprios certamente constituirá o público da assistência social, quando precisar utilizar o serviço de proteção social do Estado, dado que para Castel na verdade seria “[...] dar recursos subsidiários a todos aqueles cuja existência não pode ser assegurada a partir do trabalho ou da propriedade” (2012, p. 539).

Devemos destacar que esta ergologia parte de três premissas principais: 1) as trabalhadoras aqui representadas são diaristas domésticas; 2) iremos utilizar as fontes orais como instrumento de esgarçamento destas vozes sobre o tema; 3) buscamos entender que tipo de liberdade e expectativas essas trabalhadoras possuem. Assim, nossos questionamentos partem de uma concordância com as ideias e princípios destas trabalhadoras do setor informal e caminham justamente no sentido de analisar como acontece a interação entre as possibilidades do trabalho de diarista e as expectativas criadas para dar sentido às suas atividades, ao seu viver/sobreviver.

Os sujeitos dessa pesquisa foram identificados, ao longo do texto, por nomes de flores⁷ de modo a preservar seu anonimato. Abaixo segue uma tabela, na qual é apresentada a caracterização das profissionais entrevistadas:

Tabela 1: Caracterização das entrevistadas.

Identificação	Idade	Escolaridade	Breve biografia
Azaleia	23	Fundamental incompleto.	Natural de Palmas.
Camélia	28	Fundamental incompleto.	Natural do Pará-Jacundá, veio com a família em busca de condições melhores.
Hortência	29	Ensino Médio Completo.	Natural do Buriti do Tocantins, veio para cá junto com o marido, em busca de oportunidades melhores.
Jasmim	25	Está cursando Pedagogia	Natural de Colinas do Tocantins, veio a Palmas terminar o ensino médio.
Margarida	53	Fundamental menor	Natural de Minas Gerais.
Rosa	30	Ensino médio completo	Natural de Araguaína.

Fonte: Investigação de campo realizada pelos autores, 2019/2020.

⁷ Uma alusão ao sinônimo que na verdade é antônimo, pois as flores de tão belas queremos tocar e arrancar ocasionando sua morte, já as diaristas, muitas vezes não são vistas e sequer reconhecidas pelas Leis trabalhistas.

Os dados da tabela acima caracterizam um cenário em que se tem diferentes gerações em um mesmo espaço social, é preciso entender o desafio da incorporação desses novos entraves no fluxo populacional, que muitas vezes tensiona de várias maneiras o tecido social. Para tanto recorremos a teoria do conhecimento proposta por Mannheim (1993), na qual afirma, que as novas gerações não teriam de viver a memória, os compromissos e os projetos das gerações passadas, pois seriam resultado de uma renovação cultural, coadunando com a história do Brasil, um país de história de migração campo/cidade constante, no qual o grau de escolaridade ainda é incompleto para muitos, e com políticas salariais restritivas, que de certa forma contribuem para a entrada no mercado de trabalho muito cedo para os jovens (CARDOSO, 2015). Some-se a esses fatos, uma população que será empregada em condições precárias de trabalho na busca do viver/sobreviver.

Esses dados também revelam que as entrevistadas possuem características diversificadas, tratam-se de pessoas que a priori migraram buscando melhorias nas condições de vida, 34% vieram de outros Estados, e 83% são do Tocantins, contudo, também não estão no município de origem. Destarte não esquecer que esta migração mesmo intra-regional, assim como todas as outras, possuem custos, como a desintegração familiar, as dificuldades e incertezas do futuro incerto, entre outros (AVILA, 2007). Ademais, alerta Marinucci (2017) que o trabalho, tem deixado de ser um instrumento de incorporação nas sociedades de chegada, tornando-se em muitos casos um vetor de discriminação e exclusão social. Ou seja, embora essas trabalhadoras estejam em situação migratória constante, ainda não estão inseridas em um terreno de facilidades, muito pelo contrário estão expostas a inúmeras dificuldades somente porque estão sonhando com um futuro mais promissor.

Na maioria das vezes essas trabalhadoras, encontram-se na fronteira do formal/informal, legal/ilegal⁸ (TELLES,2010; 2015) visto que precisam submeter-se a todas a propostas na busca do viver/sobrevier e um futuro melhor. Diante do exposto, torna-se importante refletir sobre o ponto de vista da informalidade na vida destas entrevistadas, reafirmando a significação social, e ratificando a importância destas profissionais embasada nas perspectivas que as mesmas pretendem alcançar.

⁸ Texto em que a autora trata sobre as questões da transversalidade que existe na circulação das pessoas entre o legal/ilegal, formal/informal, na qual a passagem embora porosa não é fácil, contando com procedimentos, expedientes, jogos de poder e relações de forças inscritas nessas práticas.

2 A VOZ DAS DIARISTAS SOBRE A INFORMALIDADE

Antes de entrar no cerne do tema, devemos fazer uma rápida apresentação acerca dos direitos regidos por Lei referente ao trabalho doméstico. De acordo com a Lei Complementar nº 150/2015, é considerado trabalho doméstico aquele realizado por pessoa física em caráter contínuo, no âmbito residencial de uma pessoa ou família, sem destinação lucrativa, por mais de 2 dias da semana. Assim, tanto faz se o trabalho é intelectual, manual ou especializado. O que diferencia o emprego doméstico será o caráter não-econômico da atividade exercida na residência do(a) empregador(a). Esse tipo de trabalhador(a) possui direito a salário-mínimo fixado em Lei, irredutibilidade do salário, décimo terceiro, repouso semanal remunerado, férias anuais acrescidas de 1/3, vale-transporte, FGTS se o empregador(a) fizer a opção, seguro desemprego, aposentadoria entre outros.

Contudo, conforme foi falado no início do texto, as trabalhadoras que estamos retratando são diaristas que de acordo com a mesma Legislação 150/2015, considera serviço de diarista quando a prestação do serviço não é contínua, até 2 dias na semana, sem a necessidade de assinar a carteira, realizado por conta própria, respeitando somente os ditames gerais do(a) contratante, no âmbito residencial desta, sem fins lucrativos. Sem a prestação do serviço, no caso de falta, não existem penalidades, recebem, apenas, pelo dia trabalhado. Um aperfeiçoamento da atividade de serviçal, tendo em vista que na época da Revolução Industrial era visto como um favor dar a ele somente a comida do dia (CASTEL, 2012). Porém, esse mesmo ponto pode analisado de outra perspectiva. De acordo com Slee (2017), como diarista; uma pessoa pode ter um ganho superior, trabalhando em diferentes residências, e algumas vezes com menos trabalho do que uma casa só exige, pois, são empreendedores contemporâneos.

Das entrevistadas 34% tinham uma noção básica sobre a informalidade, uma delas revela: “Eu acho que informalidade é algo informal né? Eu acho que é o que as vezes a gente faz né? Porque não tem nada registrado (silêncio). Formalidade é algo que seja certo, certeza né?” (JASMIM, 2019). Ao responder percebe-se a ação de rememoração da entrevistada que utiliza o pronome eu expressando segurança e identidade, com a experiência do domínio da realidade (POLLAK, 1992), revela um conceito não tanto formal, que demonstra a disposição de lembrar de acontecimentos, e de pessoas localizadas em outros lugares e tempos, de forma que as palavras ditas demonstrem o entendimento da situação da atividade laboral que executa dentro das leis trabalhistas, ou seja, busca na situação do vivido, para projetar e ancorar no presente dentro do atual, pois

de acordo com Halbwachs (1990) as lembranças jamais se apresentam isoladas, envolvem outros indivíduos.

Já para Rosa (2020) o: “trabalho informal, que é o que eu faço né? Só que no caso eu não pago né? O INSS⁹”. O predomínio do uso do pronome eu no conjunto do seu relato, demonstra um indicador de segurança interna da pessoa (POLLAK, 1992), embora necessite de aprovação, tendo em vista as perguntas que realiza para responder, percebe-se uma leitura mais aprofundada dos próprios direitos, que conforme dito anteriormente na Lei 5.859/72 não ampara as trabalhadoras diaristas. A entrevistada demonstra domínio de certa leitura, que pode ser atribuída ao grau de escolaridade que a mesma possui, ensino médio completo, pois em sua memória individual insere significados de domínios coletivos, tendo utilizado o campo dos significados em sua resposta.

Rosa aprofunda mais ainda o tema quando abordamos sobre os direitos aos quais possui como trabalhadora doméstica, e responde:

No último trabalho onde eu trabalhava três vezes por semana, eu pedi a ela (patroa) pra assinar minha carteira e ela não assinou, então eu disse que ia sair. Eu passei a conhecer (os direitos trabalhistas), se eu trabalhasse três vezes por semana eu teria o mesmo direito que uma empregada doméstica de cinco dias trabalhado, passei a conhecer assim (ROSA, 2020).

Em vista dessas considerações entendemos a coletividade destas memórias, possibilitando a compreensão da jornada em busca do conhecimento das regras e Leis trabalhistas que a entrevistada seguiu para apreender o conhecimento de seus direitos. A rememoração iluminou a percepção de imediato do efetivamente realizado, vivido. Contudo 66% das entrevistadas quando perguntadas, afirmaram não saber o que é informalidade, tão pouco sabiam se possuíam direito ou não, de certa forma espelhando o pequeno acesso que tiveram ao conhecimento formal, pois conforme a tabela 1, 50% das entrevistadas não possuem o Ensino Médio completo.

Entre as entrevistadas Margarida pode ser classificada com a situação geracional mais distinta entre elas, nascida na década de 60, e em seu depoimento é possível verificar a reconstrução do passado com ideias e imagens de hoje: “Conheço mais ou menos, diarista não tem nada né? Não tem nada não, pois é, trabalho de diária mesmo, e não tenho nada, e eu não sei né?” (MARGARIDA, 2020). O que podemos perceber nesta fala, como

⁹ Instituto Nacional de Seguro Social (INSS- Órgão do Ministério da Previdência Social, ligado diretamente ao governo) e é o responsável pelos pagamentos das aposentadorias e demais benefícios dos trabalhadores brasileiros que contribuem com a Previdência Social (Seguro que garante uma aposentadoria ao contribuinte quando ele para de trabalhar).

o argumento de Margarida anuncia a pouca escolaridade e oportunidade, que o trabalho executado lhe impôs, a entrevistada não possui certeza concreta, mas entende que não possui direitos.

Ampliando nossa investigação passamos a buscar entender, o motivo da migração pendular entre as entrevistadas e Azaleia (2019) explica porque mora em Luzimangues¹⁰: “Pra lá eu acho o custo de vida lá mais barato, mais sei lá, ooooo (silêncio). Lá tem facilidade pra nós compra nosso lote, construí nossa casa.”, resume a questão econômica da especulação imobiliária¹¹ que ocorre em Palmas, e a pouca oferta de trabalho em Luzimangues, esclarecendo porque trabalha em Palmas: “Lá não tem emprego igual pra cá.”, dentro da grandeza da capital Palmas, não cabe a pequenez da diarista, que por motivos financeiros mora em Luzimangues e trabalha em Palmas, que separadas por um rio mas unidas por uma ponte, tornam-se mais próximas e com menos custos que a própria periferia da capital.

Dando continuidade Azaleia também expõem sobre a liberdade dentro da informalidade:

Liberdade deu éééééééé (silêncio). Quando eu quisé um dia pra mim, em sai, eu saio (silêncio). Eu nãooooo (silêncio). Não tenho alí aquele compromisso(silêncio). Fixo ali igual carteira assinada (silêncio). Minha diária não é fixa (silêncio). Só é uma que é fixa, as outras não éééééééé (silêncio). Aí eu tenho liberdade para mim sair, essas coisa assim (AZALEIA, 2019).

Note-se aqui na fala de Azaleia a liberdade instrumental de Sen (2000), viver do modo que desejo, valorizando não necessariamente à prosperidade econômica, mas a oportunidade da liberdade de fazer o que tem vontade, na hora que for mais conveniente. Aos olhos de Rosa a liberdade toma uma nova perspectiva pois de acordo com seu depoimento, a liberdade é encontrada no direito de escolher com quem e onde irá trabalhar: “Olha a vantagem quando tem muita proposta você pode escolher, a casa que você vai trabalhar, a que fica melhor, a que paga melhor e qual que dá pra você adapta no seu horário” (ROSA, 2020). A liberdade do trabalho como diarista de acordo com a entrevistada é ampliada no sentido político, pois Rosa sente-se livre para escolher, onde e com quem trabalhar, entre tanto para aproximar-se da liberdade substantiva de Amartya

¹⁰ Luzimangues é o nome do bairro, ou povoado de Porto Nacional, onde as entrevistadas residem.

¹¹ O processo de especulação imobiliária leva a uma valorização desigual do solo e, conseqüentemente, dos espaços urbanos, pois a classe que domina economicamente também domina política e ideologicamente, promovendo uma segregação socioespacial que conforma territórios distintos de sociabilidade para os diferentes segmentos das classes sociais (PAGANI; ALVES; CORDEIRO; 2015).

Sen (2000) esta atividade precisa abranger também a liberdade social e econômica, que de acordo com os depoimentos não é atingida.

As vozes aqui apresentadas indicam formas diferenciadas de expressar a informalidade no trabalho de diarista, entretanto possuem o mesmo entendimento de que a atividade de diarista é informal¹², não possuem direitos trabalhistas. E que a grande preocupação das entrevistadas na verdade encontra força no poder de compra que o trabalho propicia, como também o entendimento da sociedade em relação às pessoas que elas representam. “O trabalhador é também um homem e não um eterno tarefeiro, e seu trabalho lhe paga o acesso à qualidade de homem enquanto tal, de homem em si, deixando de ser a lei inexorável de cada jornada” (CASTEL, 2012, p. 439).

Elas também apresentaram uma interpretação própria no tocante a liberdade que a profissão propicia, baseada principalmente nas necessidades e prioridades, destacando a liberdade de horário e de escolha. A liberdade de horário estaria relacionada ao aumento das liberdades dessas pessoas, já a escolha seria o poder de decidir com quem se relacionar e qual a melhor forma desta relação se desenvolver, abrangendo em “partes” a liberdade substantiva¹³ de Sen (2000). Veremos a seguir, que embora a liberdade exista nesta atividade, ela não é completa ou total, pois coloca estas trabalhadoras em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ademais, é importante ressaltar que as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho não refletiram para as mulheres que trabalham como diaristas.

3 A VOZ DAS DIARISTAS SOBRE O RECONHECIMENTO SOCIAL

Entre as entrevistadas deste estudo, a visão do trabalho que desenvolvem é visto como digno. Para Azaleia (2019): “Meu trabalho éééé (silêncio). É bom, digno né? Muito bom.” Em poucas palavras explana dentro da dignidade a força de seu trabalho, que para Sousa “Ao contrário da “honra” pré-moderna, privilégio de alguns, a “dignidade” moderna, baseada no trabalho que todos podem executar, passa a ser definida como reconhecimento universal entre (supostamente) iguais” (2009, p. 114), leva a outros valores como regra de conduta, fonte de respeito, admiração, reconhecimento social e

¹² Trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho, que trabalham por conta própria, que prestam serviços de reparação, e limpeza entre outros (ANTUNES, 2009).

¹³ Liberdade constitutiva material que propicia capacidades elementares de forma a pessoa ter condição de evitar privações, ter participação política e liberdade de expressão, ter uma vida que tenha razão para valorizar.

autoestima. O sentimento de identidade superficial da imagem de si, para si e para os outros (POLLAK, 1992).

Kant (2008) em sua obra “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”, já explicava que o homem existe como fim em si mesmo, em razão da dignidade, e não como uma moeda que pode ser trocada para uso de outra vontade. Passando a ser entendida como a essência da pessoa humana. Contudo, o entendimento de dignidade possui outras interpretações de autores que se afastam da subjetividade pra modelar o conceito, como Charles Taylor (1979), que apresenta o conceito de digno, como todo aquele passível de ser utilizado produtivamente pelas organizações do mercado e do Estado. Para o autor a dignidade e a indignidade estão relacionadas com as características ou disposições psicoemocionais que capacitam ou não os indivíduos a “incorporar” conhecimento técnico útil. E dessas incorporações de precondições dependerá o sucesso escolar e o êxito no mercado de trabalho competitivo.

Em Jessé Souza (2015) encontramos uma problematização da questão da dignidade, como um princípio, um valor moral internalizado em cada pessoa da sociedade ocidental, e em particular no Brasil, que separa aqueles que são “gente” daqueles que são “subgente” (digno/indigno). Materializando o “respeito” objetivo para todo aquele ou aquela que possui essas disposições e que, portanto, pode contribuir como “produtor útil” para o bem geral sob as condições da competição capitalista (SOUZA, 2015, p. 202-203).

Socializadas pelo trabalho esta geração da década de (1971 a 1983) teve oportunidades muito limitadas, desde cedo foram lançadas no mercado de trabalho, por outro lado, motivou-as na busca incessante por melhoras. Até mesmo os censos da época de 1970, 1980 e 1991 registraram poucas mudanças nesse padrão, indicando um leve aumento da proporção de jovens estudando, com redução dos que estavam no mercado de trabalho (CARDOSO, 2015). Mas essa realidade não atendeu a todos no Brasil.

Para Hortência o reconhecimento social ou a falta dele, é percebido, se dá por meio de:

É, eu vejo... um trabalho muito desvalorizado, pra nós diaristas né? (silêncio) Porque é assim (silêncio). A gente precisa e eles também precisam né? Só que é um ramo que a gente trabalha (silêncio). E as pessoas não reconhecem o nosso próprio serviço né? A gente faz eeee (silêncio). Éééééééé (silêncio). Eu falo assim financeiro né? Pagam muito pouco, eu vejo nisso né? Não sei se as outras moças, outras pessoas acham isso, mas eu acho (silêncio)(HORTENCIA, 2020).

É possível perceber no depoimento pausas gramaticais regulares, numa tentativa de organização do pensamento, em torno de um referencial que precisa ser revelado, mas ao mesmo tempo precisa de aprovação, utilização do *né*, que de acordo com Pollack (1992) trata-se da construção da auto-imagem que necessita de uma negociação em função dos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade que se faz por meio da negociação direta com outros. Da mesma forma o silêncio pode ser considerado como uma defesa do direito pessoal de não revelar tudo a seu respeito (PORTELLI, 2000).

Para Castel (2005) a individualização das tarefas e trajetórias profissionais, impõem sobre os trabalhadores a responsabilização dos sujeitos, na qual cabe a cada indivíduo, encarregar-se de si mesmo, e tornar-se bem sucedido, sob a ameaça constante do desemprego. E Sousa (2009) explica que a “*ralé*”¹⁴ por não ter sido transformada pela autodisciplina e não possuir conhecimento útil para ser aproveitado no mercado de trabalho competitivo, são aproveitados como “*mero corpo*”, reduzindo o ser social basicamente a uma porção de músculos embrutecidos pelo trabalho braçal do dia a dia.

Contudo, ainda assim encontramos depoimentos no qual afirma que:

Eu gosto de trabalhar, algumas vezes a genteee (silêncio). Sente assim, uma, uma (silêncio). Dificuldade né? Pelo preconceito que ainda tem da sociedade quando se é diarista, quando não tem um emprego fixo, fica difícil pra você consegui comprar alguma coisa, porque você num tem um contracheque, pra você prova que você tem como pagá, mas a gente vai lidando e consegue vencer esses, essas barreiras (JASMIM, 2020).

Neste caso a entrevistada inicia o contexto colocando o prazer de exercer a atividade, mas após pensar, e refletir junto com as frases pronunciadas, também revela as dores da discriminação e do sentimento de inferioridade, contudo quando consegue um espaço revela que o maior peso passa pelo poder de compra, de consumo que devido a profissão é limitado, já que não agrega a sua condição, a credibilidade que um emprego formal propícia.

Todas apresentam a defesa do ser enquanto pessoa digna, apta a usufruir dos bens propiciados pela sociedade capitalista, mas desamparadas no quesito direitos adquiridos pela atividade que exercem, seja pelo valor recebido ao final do dia, como também pelo tratamento que recebem da sociedade mercadológica. A seguir, serão apresentadas as visões que essas mulheres possuem sobre a idade idosa.

¹⁴ Sousa (2009) utiliza o termo “*ralé*” para representar os indivíduos sem capital cultural, econômico, desprovido das condições sociais, morais e culturais de nossa sociedade. Numa tentativa de chamar a atenção para o grande conflito social e político do Brasil.

4 A VOZ DAS DIARISTAS SOBRE A VELHICE

A proposta, neste tópico, é apresentar, a partir da voz das trabalhadoras diaristas, a expectativa que possuem sobre o futuro. Ao analisar o que está por vir e para acontecer, sob um panorama de uma linha hipotética do tempo em que elas estão vivendo (presente), frente ao que poderão enfrentar. De acordo com Whitaker “Enquanto os jovens estão voltados para o futuro, os idosos contemplam o passado e fazem um constante balanço daquilo que viveram, presenciaram, testemunharam (2010, p. 184). E a população adulta, aquela que está no mercado de trabalho, como ela vive esta expectativa?

Quando perguntada sobre a continuidade nesta profissão todas as entrevistadas falaram em sair, e no discurso de Azaleia (2019): “Huummm (silêncio). Éééééé (silêncio). Éééééé (silêncio). Se eu não consegui outras coisas eu continuo, mas se eu consegui as outra coisa, aí eu desisto”. Foi possível perceber informações que pareciam ocultas ao primeiro momento. São falas muito importantes, pois possuem vários significados implícitos, e de difícil reprodução para a escrita, desta forma transcrevemos as repetições das letras “Éééééé”, as pausas em forma de silêncio, numa tentativa de reprodução do discurso popular (PORTELLI, 1997).

É visível a reflexão realizada por Azaleia antes de concluir sua resposta, como se fosse buscar dentro de um quarto escuro, um objeto que se quer, havia se programado para utilizar, o futuro. Portelli (1997) afirma que as pausas gramaticais são organizações sobre o que é dito dentro de um modelo referencial, já as pausas direcionariam para um conteúdo emocional, dando-nos a oportunidade de perceber o quanto é difícil e dolorido pensar, planejar algo tão inalcançável dentro de uma profissão de poucas oportunidades.

Conforme dito anteriormente as diaristas não possuem direitos trabalhistas, subentende-se que aposentadoria a menos que paguem como microempreendedoras elas também não tem direito, logo fica a questão como elas pensam neste quesito? Entende-se que não pretendem ficar na profissão, porém a aposentadoria possui restrições legais que precisam ser cumpridas. Quando perguntada se tinha pretensão de se aposentar Azaleia (2019) respondeu: É (pausa). Penso (pausa). Mas ao ser questionada se contribuía junto ao INSS respondeu que: Não, nem sei, no momento eu não tô pagando não (silêncio). Essa fala tem dois aspectos complementares. Por um lado, sabe que irá enfrentar dificuldades quando a velhice chegar, ou seja, sua situação junto ao órgão de contribuição está irregular. Por outro, há um grande risco desta trabalhadora ao final de sua jornada quantificar os excluídos de nossa sociedade.

É interessante resgatar que num contexto onde as incertezas imperam, o papel das aposentadorias passa a ser imprescindível para os indivíduos submetidos a ausência de garantias. E quando nas entrevistas este tema foi abordado 50% afirmaram que irão se aposentar, pois para elas a diária é um trabalho “bico” (SLEE, 2017), que elas realizam nas horas “vagas” para complementar a renda. “[...] eu vou trabalhar até quando eu me aposentar né? [...], eu tenho um trabalho fixo com carteira assinada” (CAMÉLIA, 2019). Ou a certeza de que o futuro pode ser obscuro:

Se eu continuar nessa profissão acredito que não, porque os patrões que eu trabalho em duas casas (silêncio) e eles não assinaram minha carteira (silêncio). Então eu acredito que não, se continuar dessa forma eu não vou ter desse jeito, por isso eu quero sair o quanto antes (ROSA, 2020).

Para Portelli (1996, p. 2) “[...] recordar e contar já é interpretar”, episódio evidenciado no trabalho da palavra e da consciência de Rosa, ao lembrar e relatar sobre os trabalhos que teve e não foram formalizados, em sua resposta evidenciou a falta de perspectiva dentro da atividade exercida. De outro modo Azaleia retrata o conhecimento dos riscos que a profissão destina, mas apresenta também que é a falta de oportunidades que à empurra para um destino incerto:

É tem momentos que a gente pensa. Pois é isso daí, é que a gente mais pensa né? Porque diarista hoje não tem nada garantido, não tem ééééé (silêncio). Uma aposentadoria, sas coisa assim, um salário fixo, quando adoecer (silêncio). Não tem com vir pro emprego, aí deixa de ganhar aquele dia (silêncio). Ai eu (silêncio). Acho que (silêncio). Sem renda (silêncio). Sem nada (AZALEIA, 2019).

Em sua fala, deixa transparecer a situação de fragilidade que sua atividade trabalhista lhe impõe, sem muitas alternativas, e de um futuro incerto frente as necessidades que a idade irá estabelecer. Dentre os depoimentos também encontramos quem nunca sequer pensou no assunto:

Não, nunca tinha parado para pensar não. (risos), é difícil (risos) porqueeee, é assim são coisas que a gente que trabalha, a gente não pensa né? (silêncio). Assim, vai envelhecer, vai precisar, porque diarista a gente não trabalha de carteira assinada nem nada né, mas (silêncio). É difícil (HORTÊNCIA, 2019).

É relevante destacar na fala de Hortência, os risos, a repetição das letras na fala, o silêncio e a necessidade de confirmação, que demonstram claramente o vazio da expectativa frente a pergunta realizada e a resposta indefinida. A ausência de perspectiva é compreendida por dois motivos: primeiro, pelo constrangimento que a pergunta causou,

percebido pelos risos e silêncios ao longo da resposta; segundo, quando fecha a resposta afirmando que é difícil. Para Castel “Essas prerrogativas do individualismo vão, assim, se aplicar a indivíduos que, da liberdade, conhecem sobretudo a falta de vínculos e, da autonomia, a ausência de suportes” (2012, p. 598).

Por meio das narrativas acima, foi possível visualizar que as pessoas que executam esse tipo de atividade sabem dos riscos para a velhice, ao mesmo tempo não conseguem postergar o futuro inserto que as aguardam. Como dito anteriormente 50% das entrevistadas possuem entendimento sobre a necessidade e urgência do condicionamento necessário para esta etapa. Outros 50% estão entregues à própria sorte, embora todas desejem trabalhar com carteira assinada, dentro da legalidade, para ter direito de reconhecimento social e trabalhista, resguardam-se de não serem registradas devido as liberdades que são propiciadas, assim como também pela falta de oportunidades melhores, submetem-se a trabalhar como diarista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ergologia aqui apresentada teve como objetivo, aprofundar o conhecimento sobre o ponto de vista das diaristas do seu trabalho e do seu futuro na idade idosa, afim de fazer alusão a consciência da situação precária destas trabalhadoras, que na maioria das vezes passam como empreendedoras, algo normal no cotidiano da economia brasileira. Essa pesquisa possibilitou ainda uma maior criticidade ao se pensar nos problemas sociais relacionados a esta classe de trabalhadoras.

Se tratando dos conteúdo da pesquisa, diante do exposto nesse artigo, pode-se perceber que o trabalho de diarista é visto como uma ponte, que assim como liga duas cidades, liga também o viver/sobreviver destas mulheres, sobretudo, no que se refere à sua inserção no mercado de trabalho formal, com direitos e garantias de todos os trabalhadores com carteira de trabalho assinada. O povoado de Luzimangues, para elas é o lugar das conquistas, do descanso, da moradia. Já Palmas passa a ser vista como o lugar do trabalho, do sonho de consumo. Em suas narrativas orais, deixam claro que a construção do lar depende desta viagem, deste trabalho e deste retorno diário. E no caso especificamente das entrevistadas, trata-se acima de tudo de uma superação, pois precisam suplantar a falta de oportunidades até mesmo de acesso ao conhecimento escolar.

Isso fica explícito quando tomamos por base o percurso percorrido por essas obreiras para chegar ao local de trabalho, morando em uma cidade, e num povoado que

sequer propicia trabalho a elas. São vidas entrelaçadas pelo cotidiano de trabalho em busca de liberdades, ainda que não atingidas em sua plenitude. Nas narrativas orais apresentadas neste artigo, as fontes orais falam da desvalorização do trabalho e da construção do próprio ser dentro da sociedade, isso é visível na forma como narram o tipo de liberdade que possuem sendo diarista. Apesar de ter havido avanços importantes nos últimos anos, a desvalorização e a precarização da categoria, os níveis de formalização e de renda persistem, e mantêm-se também a discriminação.

É inegável que o Brasil ainda está longe de alcançar uma Lei que suavize o labor e os direitos destas trabalhadoras diaristas. Portanto, a construção dessa pesquisa nos possibilitou, ainda mais, o amadurecimento, e, conseqüentemente, a agregação de valores no que se refere as especificidades que permeiam essa classe trabalhadora. A maior diferença marcada nas narrativas orais giram em torno da idade senil, pois metade dos entrevistados possuíam um plano sobre o futuro, porém, a outra metade sequer havia pensado em como responder sobre um verbo que sequer sabem se irão viver.

Fazer essa pesquisa foi gratificante, pois conhecer diaristas num sistema de pendularidade, clareou as mazelas que estas mulheres são expostas diariamente, e que não devem ser naturalizadas e tidas como normais, permitindo assim um olhar mais humano sobre esta profissão. Assim sendo, gostaríamos de afirmar que tomar a priori discussões sobre a aposentadoria ou do envelhecimento destas, embora sejam importantes para a análise social, pode tornar a argumentação opaca, pois na verdade tratam-se de mulheres/diaristas que precisam não somente de uma cidadania, como também de garantia de usufruto dos direitos trabalhistas e sociais, portanto, acesso a conhecimentos, oportunidades e direitos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **MANUAL DE HISTÓRIA ORAL**. Ed. 3ª. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.
- ANTUNES, R. **OS SENTIDOS DO TRABALHO: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2ª ed. São Paulo, SP: Boitempo. 2009.
- AVILA, C. F. D. **O Brasil diante da dinâmica migratória intra-regional vigente na América Latina e Caribe: tendências, perspectivas e oportunidades em uma nova era**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 50, p. 118-128, 2007.
- AXISA, J. J.; SCOTT, D. M.; NEWBOLD, K. B. **Factors influencing commute distance: a case study of Toronto's commuter shed**. Journal of Transport Geography, v. 24, p. 123–129, 2012.
- BRASIL. Lei nº 5.859 de 11 de dezembro de 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5859-11-dezembro-1972-358025-publicacaooriginal-1-pl.html> Acessado em 15/11/2019.
- BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm Acessado em 15/11/2019.
- CARDOSO, A. **Metamorfoses da Questão Geracional: O Problema da Incorporação dos Jovens na Dinâmica Social**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, no 4, 2015, p. 873 a 912.
- CASTEL, R. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 95 p.
- CASTEL, R. **AS METAMORFOSES DA QUESTÃO SOCIAL: Uma crônica do salário**. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- KANT, I. **A religião nos limites da simples razão**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2008.
- MANNHEIM, K. (1993) [1928], “**El Problema de las Generaciones**”. Revista Española de Investigaciones Sociológicas, no 62. Disponível em: http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_062_12.pdf Acessado em: 12/03/2020.
- MARINUCCI, R. **MIGRAÇÕES E TRABALHO: precarização, discriminação e resistência**. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 25, n. 49, apr. 2017, p. 7-11
- MOUNTIAN, A. G.; DIAZ, M. D. M. **Aposentadoria e a Transição para o Trabalho por Conta Própria no Brasil Metropolitano**. NOVA ECONOMIA (UFMG. IMPRESSO), v. 28, p. 849-878, 2018.

PAGANI, E. B. S.; ALVES, J. de M.; CORDEIRO, S. M. A. **Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano.** Argumentum (Vitória), v. 7, p. 167, 2015.

POLLAK, M. **MEMÓRIAS E IDENTIDADE SOCIAL.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, A. **A FILOSOFIA E OS FATOS: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.** Tempo, Rio de Janeiro. vol. 1, nº 2, 1996, p. 59-72.

PORTELLI, A. **O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE.** Proj. História, São Paulo, 1997, p. 25-39.

PORTELLI, A. **MEMÓRIA E DIALOGO: desafios da história oral para a ideologia do século XXI.** In: FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. História Oral: desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

PRISCO, T.; CARVALHO, C. S.; GOMES, M. M. **Diaristas: -Novas Domésticas- em Tempos de Trabalho Precário?** Serviço Social em Revista (Online), v. 15, p. 28, 2013.

RAMALHO, H. M. B.; BRITO, D. J. M. **Migração Intrametropolitana e Mobilidade Pendular: Evidências para a Região Metropolitana do Recife.** Estudos Econômicos (São Paulo. Impresso), v. 46, p. 823-877, 2016.

SEN, A. **DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SLEE, T. **UBERIZAÇÃO: a nova onda do trabalho precarizado.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOUSA, J. **A RALÉ BRASILEIRA: Quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.

TAYLOR, C. **Hegel e a sociedade moderna.** São Paulo: Loyola, 1979.

TELLES, V. da S. **AS CIDADES NAS FRONTEIRAS DO LEGAL E ILEGAL.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TELLES, V. **Fronteira da lei como campo de disputas.** In PERALVA, A.; TELLES, V. da S. ILEGALISMOS NA GLOBALIZAÇÃO: migrações, trabalho, mercados. Org. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

VILLAÇA, F. **O espaço intraurbano no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WHITAKER, D. C. A. **O idoso na contemporaneidade: a necessidade de se educar a sociedade para as exigências desses "novos" atores sociais, titulares de direitos.** Cadernos CEDES (Impresso), v. 30, p. 179-188, 2010.

FONTES ORAIS

AZALEIA – [Dez. – 2019]. Entrevistadora: Mariane Freiesleben. Porto Nacional, 2019. 1 arquivo. mp3 (8 min. 14 seg.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita em material arquivado com os autores do artigo.

CAMÉLIA - [Dez. – 2019]. Entrevistadora: Mariane Freiesleben. Porto Nacional, 2019. 1 arquivo. mp3 (18 min. 10 seg.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita em material arquivado com os autores do artigo.

HORTENCIA - [Dez. – 2019]. Entrevistadora: Mariane Freiesleben. Porto Nacional, 2019. 1 arquivo. mp3 (6 min. 56 seg.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita em material arquivado com os autores do artigo.

JASMIN - [Jan. – 2020]. Entrevistadora: Mariane Freiesleben. Porto Nacional, 2020. 1 arquivo. mp3 (4 min. 15 seg.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita em material arquivado com os autores do artigo.

MARGARIDA - [Jan. – 2020]. Entrevistadora: Mariane Freiesleben. Porto Nacional, 2020. 1 arquivo. mp3 (2 min. 51 seg.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita em material arquivado com os autores do artigo.

ROSA - [Jan. – 2020]. Entrevistadora: Mariane Freiesleben. Porto Nacional, 2020. 1 arquivo. mp3 (3 min. 40 seg.) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita em material arquivado com os autores do artigo.